

HABEAS CORPUS Nº 530.887 - PR (2019/0261735-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ADELSON GOMES CAETANO**
ADVOGADO : **ADELSON GOMES CAETANO - PR0059751**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
PACIENTE : **JOSEMAR DE MELO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE NEGADO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NOVA DENÚNCIA EM OUTRA COMARCA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE. PRECEDENTES.
Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado pelo advogado Adelson Gomes Caetano em nome de **Josemar de Melo**. O paciente foi denunciado pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 121, § 2º, III e IV, c/c os arts. 211 e 61, II, *b*, todos do Código Penal. Submetido a julgamento na data de 31/7/2019, o Conselho de Sentença entendeu estarem provadas a autoria e a materialidade dos delitos em questão. Assim, a denúncia formulada pelo Ministério Público foi julgada procedente e o paciente condenado à pena de 15 anos e 3 meses de reclusão, e 10 dias-multa. Na oportunidade, o Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de Alto Paraná/PR decretou sua prisão preventiva (Processo n. 0002387-82.2016.8.16.0041).

O impetrante ataca o acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná no HC n. 0037855-31.2019.8.16.0000, proferido nos termos desta ementa (fl. 31):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PENA EM REGIME INICIAL FECHADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA R. SENTENÇA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA (PERICULOSIDADE REVELADA PELA REITERAÇÃO DE CONDUTAS ILÍCITAS). PACIENTE QUE, NO CURSO DA AÇÃO PENAL, FOI DENUNCIADO E CONDENADO POR ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DECISÃO FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta que deve ser revista a fundamentação adotada na decretação da medida extrema, não tendo ficado suficientemente demonstrado o *periculum libertatis*.

Menciona, em suma, que, no outro processo em trâmite (n. 001865-20.2018.8.16.0127), não houve condenação e que a gravidade abstrata do delito e os antecedentes criminais, *por si só, não são impeditivos da concessão da liberdade vinculada em quaisquer de suas formas* (fl. 20).

Requer a imediata expedição de alvará de soltura em nome do paciente e, ao final, a concessão da ordem para que ele possa responder ao processo em liberdade.

Indeferi o pedido liminar (fls. 333/334).

O Tribunal estadual e o Juízo *a quo* enviaram informações (fls. 344/345 e 362/363).

O parecer do Ministério Público Federal é neste sentido (fl. 366):

Habeas corpus impetrado como sucedâneo recursal. Impossibilidade. Ademais, não é o caso de concessão de ofício da ordem. Homicídio qualificado. Pleito de revogação da prisão preventiva. Soberania do Tribunal do Júri. Gravidade concreta do crime demonstrada. Parecer pelo não conhecimento do *writ* e, caso ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem.

Pelo que consta do portal do Tribunal local na internet, a apelação do paciente está na pauta de julgamento do dia 2/4/2020.

É o relatório.

Não prospera a impetração, porquanto, ao contrário do alegado, foi adotada fundamentação idônea para justificar a necessidade da custódia cautelar do paciente.

A sentenciante acolheu o pedido do *Parquet* e negou o direito do recurso em liberdade ao paciente, levando em consideração não apenas o entendimento do Supremo Tribunal Federal adotado no HC n. 118.770/SP de que, nas condenação pelo Tribunal do Júri, é desnecessário aguardar o julgamento do recurso em segundo grau para determinar a prisão imediata para execução da pena. Conforme a Magistrada de piso (fls. 328/329 - grifo nosso):

[...] além disso, verifica-se que o **réu respondia o processo em liberdade. Ocorre que, da análise dos autos, extrai-se que o réu, mesmo ciente de que respondia por este crime de homicídio duplamente qualificado e pelo crime de ocultação de cadáver, foi processado pela suposta prática de crime de**

estupro de vulnerável, em tese praticado no ano de 2017, em cidade vizinha (certidão de oráculo acostada ao mov. 191.1).

Assim, não se pode ignorar que tal fato denota a alta periculosidade do réu e seu descaso para o bom convívio em sociedade, aliado à crença na impunidade.

Além disso, os delitos praticados mediante violência ou grave ameaça à pessoa estão, na atualidade, causando acentuada intranquilidade social, exigindo, portanto, rigoroso combate.

Nesse sentido, caso o réu permaneça em liberdade, certamente continuará causando efetivo temor e por consequência, perturbação social, concretizando assim a sensação de impunidade.

Conclui-se, diante desse contexto, que a liberdade do réu abala frontalmente a garantia da ordem pública de paz social.

[...]

O Tribunal estadual confirmou a necessidade da medida extrema, expondo que (fl. 35 - grifo nosso):

há na r. sentença motivação concreta e suficiente para a decretação da prisão preventiva do paciente com vistas à garantia da ordem pública **em razão de sua periculosidade evidenciada pelo risco concreto de reiteração de condutas ilícitas (*periculum libertatis*), diante da notícia de que o mesmo foi denunciado por estupro de vulnerável por fatos ocorridos, em tese, após os delitos de homicídio e de ocultação de cadáver** pelos quais restou condenado (AP nº 0001865-20.2018.8.16.0127 – inicial acusatória oferecida e recebida em 05.02.2019 e 06.02.2019, respectivamente).

Ao decidir dessa maneira, a Corte *a quo* adotou entendimento que encontra respaldo na firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com inúmeros precedentes desta Casa, o fundado receio de reiteração delitiva é elemento concreto a justificar a necessidade da custódia cautelar e pode ser extraído inclusive de inquéritos e ações penais em curso. Nesse sentido, por exemplo, o HC n. 299.156/MG, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 17/11/2014; o RHC n. 36.316/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 7/3/2014; RHC n. 122.083/MG, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 21/2/2020; o RHC n. 48.897/MG, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 13/10/2014; e o HC n. 498.960/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 3/6/2019.

Com base no exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus* (art. 34, XX, do RISTJ).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator